ISSN 1413-1803

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Volume 49 2017

Anais do Museu Histórico Nacional

Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 49, p. 205-238, 2017

Caiena 1809: fontes inéditas da primeira medalha militar comemorativa do Brasil

António Miguel Trigueiros*

Recebido em: 26/12/2017
Aprovado em: 03/05/2018

*António Miguel Trigueiros (Coimbra, Portugal, 1944) é engenheiro-químico industrial e foi diretor técnico da Casa da Moeda de Lisboa e diretor da Sociedade de Geografia de Lisboa. Recebeu em 1992, em Basileia, na Suíça, o Prémio Europeu de Numismática – Vreneli pelo seu trabalho em prol da dignificação cultural da moderna indústria da moeda. É autor de uma vasta obra de investigação histórica que cobre os campos da Numismática, da História Monetária, da Notafilia, da Medalhística e da Emblemática portuguesas. A maioria dos seus trabalhos está publicada na plataforma científica Academia EDU, bem como, no editor digital www.estudosdenumismatica.org, uma organização sem fins lucrativos, criada em 2010, como contribuição para o acesso livre e universal ao conhecimento nas ciências e humanidades. E.mail: engtrig@sapo.pt.

Resumo

Uma pesquisa documental nos arquivos nacionais de Portugal e do Brasil resultou no estudo de muitas fontes até agora inéditas sobre a medalha comemorativa da tomada de Caiena aos franceses em 1809, considerada como a primeira medalha militar do Brasil. A narrativa apresentada neste artigo permite fixar a estatística das medalhas de prata e de prata dourada estampadas em Birmingham; a estatística da sua distribuição em 1811/1813 aos militares brasileiros e britânicos envolvidos na expedição; a revelação de que os fuzileiros navais portugueses nunca chegaram a receber as medalhas a que tinham direito; que esta medalha tinha carácter comemorativo, não sendo considerada uma condecoração militar; a existência de uma segunda encomenda em 1814 de medalhas de prata, que acabariam por ser destruídas em 1825; e a comprovação de que todas as medalhas de cobre de Caiena 1809 que aparecem no mercado são resultado de recunhagens abusivas não autorizadas.

Palavras-chave

Tomada de Caiena 1809; medalha militar comemorativa; Fuzileiros Navais do Brasil; HMS Confiance; capitão James Lucas Yeo; brigadeiro Manuel Marques

Abstract

A documentary research in the national archives of Portugal and Brazil has resulted in the study of many unpublished sources on the commemorative medal for the capture of Cayenne to the French in 1809, considered to be the first military medal of Brazil. The historical narrative presented in this article sheds new light on the statistics of the silver and silver-gilt medals struck in Birmingham; the statistics of its distribution in 1811/1813 to British and Brazilian military involved in the expedition; the revelation that the Portuguese royal marines never received the medals to which they were entitled; that this medal had a commemorative character, not being considered as a military medal; the existence of a second order in 1814 for silver medals, which would be melted down in London in 1825; and the proof that all Cayenne 1809 copper medals appearing on the market are the result of unauthorized abusive strikes.

Keywords

Capture of Cayenne 1809; military commemorative medal; Royal Marines of Brazil; HMS Confiance; captain Sir James Lucas Yeo; brigadier Manuel Marques.

Introdução: a conquista de Caiena

A 16 de maio de 1809 é publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* a primeira notícia da capitulação da praça-forte da ilha de Caiena, capital da Guiana Francesa, chegada via uma folha de Boston: "A Colônia Francesa de Caiena rendeu-se por capitulação a 12 de janeiro de 1809 às forças do príncipe de Portugal. A colônia era comandada por Victor Hugues e as forças invasoras pelo coronel Manuel Marques e pelo capitão Yeo da Marinha de S. M. Britânica."[1]

O ataque à Guiana Francesa foi uma ação militar decorrente da declaração de guerra do príncipe regente de Portugal ao imperador dos franceses (decreto de 10 de junho de 1808), dada a proximidade daquela colônia ao estado do Pará brasileiro. Esta campanha militar encontra-se bem documentada na *História do Brasil Reino e Brasil Império, 1808-1871*, de Melo Moraes.[2] O autor nasceu em 1816 e faleceu em 1882, tendo ainda conhecido e falado com intervenientes da época de Caiena. Outras fontes bibliográficas são a conhecida obra de Oliveira Lima sobre *D. João VI no Brasil*, e a monografia do historiador brasileiro, capitão de mar e guerra Lucas Alexandre Boiteux, autor das *Nossas campanhas navaes - I A conquista de Cayenna.*[3]

Do lado inglês, e além dos despachos publicados na *Gazeta de Londres* que iremos referir,[4] as fontes impressas mais importante são as descrições e os despachos oficiais da expedição a Caiena, juntamente com as memórias dos serviços prestados pelo capitão *sir* James Lucas Yeo, ambas publicadas em *The naval chronicle for 1809-1810.*[5]

Por ordem do príncipe regente, o governador-geral do Estado do Pará, tenente-general Magalhães e Meneses, mandou reunir a 15 de novembro de 1808 todas as tropas disponíveis, formando uma força expedicionária de 824 militares de linha do exército colonial, com dois regimentos de granadeiros,

um regimento de caçadores e um regimento de artilheiros, sob o comando do tenente-coronel de artilharia Manuel Marques, tendo como imediato o major Manuel José Xavier da Silva Palmeirim, que embarcou para a Guiana a bordo de uma pequena flotilha de transporte de armas, munições e víveres, formada pela escuna *General Magalhães* de doze pequenas peças (tenente Bernado Mikiles), o cúter *Vingança* e a chalupa *Leão*, cada uma de oito pequenas peças, além de outras três barcas canhoneiras (uma delas seria perdida na viagem).

A 12 de dezembro dá-se a junção com a flotilha naval luso-britânica vinda do Rio de Janeiro, sob as ordens do capitão James Lucas Yeo, comandante da corveta *HMS Confiance* de 26 peças (com oitenta homens de tripulação e fuzileiros navais; imediato, tenente William Howe Mulcaster), e formada ainda pelos brigues de guerra *Voador* de dezoito peças, comandante capitão de fragata José António Salgado, e *Infante Dom Pedro*, também com dezoito peças, comandante capitão-tenente Luís da Cunha Moreira (filho). A bordo dos brigues vinham 53 militares portugueses da Brigada Real de Marinha.

No fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional de Portugal/Torre do Tombo (ANTT/MNE), em Lisboa, encontram-se duas cartas originais do brigadeiro Manuel Marques, como governador de Caiena, datadas de 22 de março e de 14 de outubro de 1813, endereçadas ao conde do Funchal, embaixador de Portugal em Londres, às quais iremos fazer referência mais pormenorizada adiante. Em anexo à primeira carta é enviada o *Mapa da tropa portuguesa que fez a conquista da Guiana Francesa, atualmente Portuguesa,* com data de 21 de março, enumerando os 877 efetivos envolvidos nessa conquista: três regimentos de tropas coloniais do Pará (então designados por granadeiros, caçadores e artilheiros) - 824 militares; e a Brigada Real de Marinha - 53 militares.[6]

Num despacho enviado a 15 de janeiro ao contra-almirante *sir* William Sydney Smith, no Rio de Janeiro, no dia seguinte à rendição das guarnições francesas, o capitão James Yeo dá pormenorizadas informações de como ocorreu a tomada de Caiena, elogia os oficiais que mais se destacaram e a forma como se deu a cooperação entre portugueses e britânicos, e deplora a morte doutros valentes entre a força expedicionária.[7] Os termos da capitulação francesa de 12 de janeiro vieram publicados a 9 de junho na *Gazeta do Rio de Janeiro.* Seria depois retificada, com notas adicionais e comentários, a

17 de fevereiro, pelo governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, tenente-general José Narciso de Magalhães e Meneses.

Após a tomada da colônia de Caiena, o então capitão-tenente Luís da Cunha Moreira (filho), comandante do brigue português *Infante Dom Pedro*, foi incumbido de escoltar o ex-governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, até a França, acompanhado de outros prisioneiros.

A Guiana era território francês desde 1634, com os limites territoriais estabelecidos em 1713 pelo Tratado de Utrecht, quando foi reconhecida a soberania portuguesa sobre as terras compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque, limites que nunca foram respeitados pelos franceses, que ocuparam a margem setentrional do Amazonas. A questão destas fronteiras do Grão-Pará era da maior importância estratégica e comercial, estando em jogo a navegação do rio Amazonas. A ocupação da Guina Francesa e a conquista da praça forte da ilha de Caiena, contribuiu também para a posterior fixação dos limites territoriais do Brasil. No Congresso de Viena de 1815, Portugal conseguiu ver reconhecidos os seus direitos ao território entre o Amazonas e o Oiapoque (atual Estado do Amapá). Contra a vontade do príncipe regente D. João, a colônia da Guiana seria restituída aos franceses a 21 de novembro de 1817.

Para a história desta bem sucedida expedição militar merece destaque ter sido a primeira vez que entrou em ação no Brasil a força de fuzileiros navais portugueses embarcados em Lisboa em 1807 e transportada na totalidade para o Rio de Janeiro. Designava-se então por Brigada Real de Marinha, também conhecida por Corpo de Soldados-Marinheiros, e dela surgiria o atual Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. A expedição da tomada de Caiena é justamente celebrada como o batismo de fogo dos fuzileiros navais do Brasil.

As primeiras condecorações militares no Brasil

As recompensas aos oficiais distinguidos na conquista da Guiana não se fizeram esperar (decretos de 30 de maio de 1809):

- Ten. Gen. José Narciso de Magalhães e Meneses, promovido a marechal do exército. Por carta régia de 11 de setembro de 1809 seria elevado à dignidade de Grã-cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada (por já ter uma comenda da mesma ordem). Viria a falecer pouco depois, a 7 de abril de 1811, com 69 anos.

- Ten. Cor. Manuel Marques, promovido a brigadeiro de infantaria do exército, com o governo da colônia conquistada, onde serviria até março de 1810, e novamente desde 1811 como governador militar, até 1817.[8]
- Um posto de acesso a todos os oficiais que participaram na expedição.
- Por resolução de 11 e 26 de setembro de 1810, todos os combatentes portugueses foram autorizados a portarem, no braço direito, um distintivo alusivo, com a palavra *Cayena*.[9]

Outros prémios e lembranças seriam prometidas aos marinheiros e fuzileiros navais ingleses distinguidos na tomada de Caiena. Num ofício do conde de Linhares, secretário de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, datado de 21 de agosto de 1809, endereçado a lorde visconde Strangford, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade Britânica na corte de Portugal, comunica-se a atribuição de várias provas de agradecimento do príncipe regente D. João, "seguindo-se tanto quanto possível, o uso praticado em Inglaterra nestas ocasiões". Além de espadas de honra tendo a palavra *Cayenna* gravada, foram atribuídas remunerações pecuniárias e pensões anuais para vários membros da guarnição feridos em combate, prevendo-se ainda a oferta de uma medalha comemorativa:

- Para a guarnição da *HMS Confiance,* incluindo o corpo de fuzileiros embarcados, "uma grande medalha de prata, a ser cunhada em Inglaterra, para comemorar a ocasião".[10]

Nascia nesse momento a medalha "Cayena Tomada aos Franceses / 14 Jan. 1809", justamente considerada como a primeira medalha militar brasileira, mas com caráter comemorativo, já que, como veremos, nunca foi pensada como uma condecoração de trazer ao peito.

Com a criação da *Naval General Service Medal* em 1847, o almirantado britânico concedeu essa nova condecoração a todos os sobreviventes da expedição a Caiena, com um barrete comemorativo *Confiance 14 Jan y.1809*. Só foram emitidas oito medalhas com este barrete, em fita branca debruada de azul-escuro.

As honras do capitão sir James Lucas Yeo

Conhecido nos anais navais britânicos desde junho de 1805, pela sua destemida remetida contra a fortificação de El Muros, na costa espanhola da

Finisterra, ocupada por baterias francesas, que o então tenente Yeo capturou num arrojado desembarque, que lhe valeu ser promovido a comandante e colocado ao comando da corveta *Confiance*, um navio corsário francês por ele capturado em El Muros. Foi nesse comando que integrou a força naval do almirante *sir* Sydney Smith no bloqueio aos portos de Lisboa, Setúbal e Porto em 1807, antes da partida da família real para o Brasil, servindo como oficial de ligação entre a corte em Lisboa, o embaixador britânico e o almirante ao largo. Em fevereiro de 1808 recebeu ordem para passar ao Rio de Janeiro, integrando a força naval britânica às ordens do príncipe regente de Portugal. Foi nessa sua comissão que foi escolhido para patrulhar as costas do Pará e para levar despachos da corte para o governador, serviços que estiveram na origem da sua nomeação para o comando da força naval luso-britânica que participou na tomada de Caiena aos franceses.

Em reconhecimento "das assinaladas distinções do valor e inteligência do capitão Yeo, comandante da fragata britânica", a 17 de agosto de 1809 o príncipe regente de Portugal D. João assina uma Carta Régia com uma concessão inédita para um súbdito inglês de confissão religiosa anglicana, atribuindo-lhe as insígnias de comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis "sem nela entrar, nem professar, por serdes de uma comunhão diferente", carta essa cujo original foi enviado para o ministro inglês lorde Strangford a 21 desse mês, para ser entregue ao capitão Yeo antes da sua partida eminente para a Grã-Bretanha:

> Tiago Lucas Yeo, capitão da Marinha Real de Sua Magestade Britânica, Amigo: Eu o príncipe regente vos envio muito saudar, como aquele que prezo. Tendo em consideração os distintos serviços que me prestastes como comandante da fragata *Confiança*, na tomada de Caiena pelas armas portuguesas, contribuindo para este sucesso com os navios sob o vosso comando, em que mostrastes valentia, intrepidez e bom julgamento: E querendo-vos dar uma demonstração pública do meu reconhecimento por este serviço: tenho por apropriado, com a aprovação do meu antigo e fiel aliado o rei da Grã-Bretanha, fazer-vos mercê por especial favor das insígnias de comendador da Ordem de São Bento de Avis, sem nela entrar, nem professar, por serdes de uma comunhão diferente: e para que o tenhais entendido, e possais usar livremente das Insígnias, que assim vos pertencem, vos mando esta. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro aos dezassete de agosto de mil oito centos e nove. // Príncipe.[11]

Figura 1: Retrato em 1810 do capitão Sir James Lucas Yeo (1782-1818), com a cravate da Ordem do Banho, placa e hábito da Ordem Militar de S. Bento de Avis, que também figuram no seu armorial heráldico (The Naval Chronicle For 1810, vol. 24, p. 285)

No mesmo dia 17 de agosto, o guarda-joias de D. João, barão de Vila Nova da Rainha, regista a saída de um valioso brilhante, com peso superior a 8 quilates, para o anel que se mandou fazer para o capitão da "fragatinha" inglesa:

> Em 17 de agosto - nº 6 - Para o anel que se mandou fazer para S.A.R. o príncipe regente N.S. dar ao Cap.am. da Fragatinha Inglesa que auxiliou os portugueses na tomada de Caiena, chamado Yoque (sic), se retirou

> uma pedra nº 8, que em bruto fazia Qes. 14 5/16, e lapidada ficou em 8 27/32, reputada no papel 700$000 r. e no anel...Rs. 800$000.[12]

No dia seguinte, o ourives da Casa Real, António Gomes da Silva, recebe o pagamento das várias obras que fez no primeiro semestre do ano para o particular do príncipe regente, por ordem do barão Guarda-Joias, registando na sua conta as seguintes últimas duas obras desse período: "Por um placar de prata da Ordem de Avis, 25$600 réis (valor atual: 563 euros); Por feitio de um anel de um brilhante, 6$400 réis." [13]

A documentação coeva indica com clareza que a Ordem Militar de Avis foi pedida pelo próprio Yeo, conforme testemunha um ofício enviado pelo conde de Linhares ao embaixador Sousa Coutinho em Londres, a 18 de agosto de 1809:

> Ofício nº 72 - Remetendo a V. S. com esta duplicada as ordens do Erário Régio, para V. S. aí fazer verificar as diferentes gratificações, que S. A. R. o príncipe regente nosso senhor foi determinado mandar dar às pessoas da tripulação da fragata *Confiança*, tenho a participar a V. S., que a respeito do seu comandante Mr. Yeo, resolveu S.A.R. por condescender com as suas instâncias permitir-lhe a faculdade de usar das insígnias de comendador da Ordem Militar de Avis, onde não podia ser aceito, e recebido, pela circunstância de ser de diferente comunhão; e uniu S.A.R. a isto um presente de diamantes: o que tudo se fez por comum acordo e disposição de lorde Strangford (...).[14]

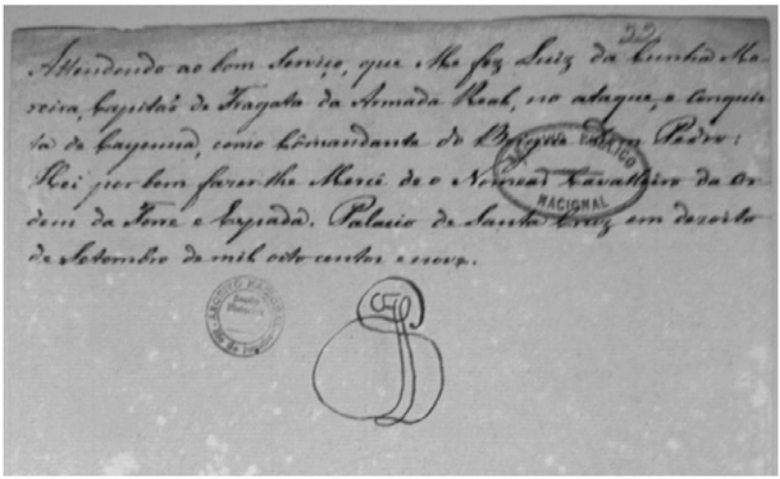


Figura 2: Carta Régia nomeando o capitão de fragata Luis da Cunha Moreira (filho), Cavaleiro efectivo da Ordem da Torre e Espada, 18 de setembro de 1809.

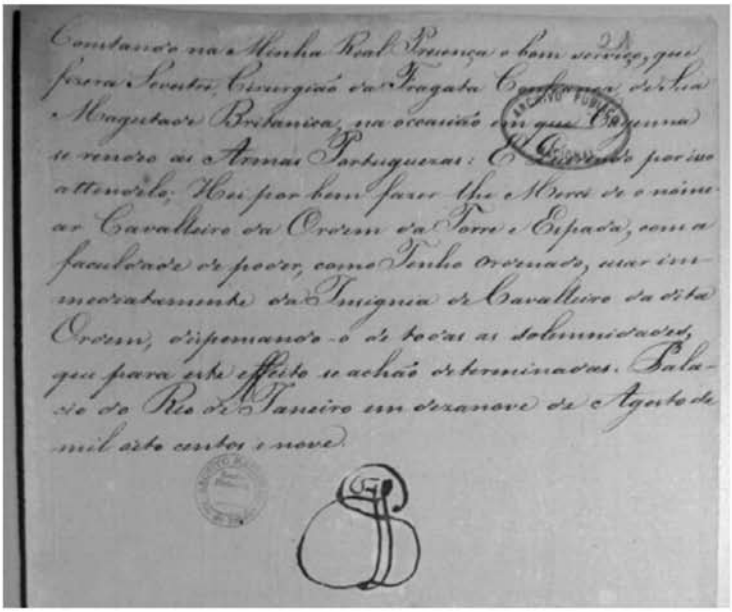


Figura 3: Carta Régia nomeando o cirurgião da fragata Confiance, Dr. Tomas Sevestre, Cavaleiro honorário da mesma Ordem, 19 de agosto de 1809.

É com esse anel de um grosso brilhante solitário e com a placa de prata de comendador de Avis que James Yeo regressa à patria, onde o esperam outras honras e outros serviços: – seria promovido a capitão à sua chegada; – seria autorizado a usar das insígnias de comendador da Ordem de Avis a 17 de março de 1810, numa licença assinada pelo rei Jorge III e na qual é dada ênfase ao facto de estar dispensado de fazer os votos religiosos que o juramento da ordem exigia; – receberia licença real a 31 de maio para portar armas heráldicas, onde figura em destaque a placa da Ordem Militar de Avis; – e seria armado cavaleiro a 20 de junho.[15]

Em março de 1813, foi nomeado comandante em chefe das forças britânicas nos lagos do Canadá, com o posto de comodoro, onde se distinguiu pela sua intrepidez. Passou em junho de 1815 para comandante em chefe das forças navais britânicas na costa ocidental africana, em patrulha na repressão da escravatura. Faleceu nesse seu posto no mar, por doença, a 21 de agosto de 1818. É recordado nos *Anais da Marinha Britânica* como o conquistador de Caiena aos franceses e um dos heróis da Guerra de 1812 na América do Norte.

Os hábitos da Torre e Espada pela tomada de Caiena

Outras condecorações na Real Ordem da Torre e Espada tiveram lugar em reconhecimento da conquista de Caiena:

- Capitão de fragata Luis da Cunha Moreira (filho), comandante do brigue *Infante Dom Pedro*, nomeado cavaleiro efetivo, "atendendo ao bom serviço que me fez no ataque e conquista de Caiena" (decreto de 18 de setembro de 1809, original no Arquivo Nacional do Brasil, inédito). Este oficial era natural da Bahia (1777), tendo regressado ao Brasil em 1808 como primeiro-tenente na esquadra real, juntamente com o pai, comandante da fragata *Golfinho,* com o mesmo nome. Foi promovido a capitão-tenente na promoção geral da Armada Real da Marinha de 8 de março de 1808 (o seu pai seria nessa data promovido a capitão de mar e guerra) e a capitão de fragata após a conquista de Caiena. Continuou depois uma brilhante carreira militar naval, que o levaria ao posto de vice-almirante da Armada do Império do Brasil, onde foi o seu primeiro-ministro da Marinha, tendo sido agraciado com o título de visconde de Cabo Frio.[16]

Figura 4: Retrato do almirante Luis da Cunha Moreira, c. 1860 por H. Krunholz. Pintado quando já era Grã-cruz da Ordem Imperial de Avis (agraciado a 2 de dezembro de 1854), ostentando ao pescoço a cravate da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul e a medalha brasileira de Montevideu e, no peito, o hábito-insígnia de Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, atribuída em 1809, pela tomada de Caiena. (foto: cortesia Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil. Inv. n.º 2540)

- O comandante do brigue *Voador*, capitão de fragata José António Salgado, que tinha vindo de Lisboa como capitão-tenente e fora abrangido pela mesma promoção geral da armada de março de 1808, seria agraciado com hábito de cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, na promoção de 13 de maio de 1809.[17]
- Doutor Thomas Sevestre, cirurgião da fragata *HMS Confiance,* cavaleiro supranumerário (decreto de 19 de agosto de 1809). A Carta Régia que se conserva no Arquivo Nacional do Brasil especifica as razões desta atribuição:

> Constando na minha real presença o bom serviço que fizera Sevestre, cirurgião da fragata *Confiança* de Sua Majestade Britânica, na ocasião em que Caiena se rendeu às armas portuguesas: e querendo por isso atendê-lo; hei por bem fazer-lhe mercê de o nomear cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, com a faculdade de poder, como tenho ordenado, usar imediatamente da insígnia de cavaleiro da dita ordem, dispensando-o de todas as solenidades, que para esse efeito se acham determinadas. Palácio do Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1809. - PR[18]

Este cirurgião tinha sido inicialmente recompensado com uma gratificação pecuniária de 150 libras, "para a compra de uma espada ou outro memorial da conquista de Caiena" (contravalor: 540$000 réis; valor atual: 11.880 euros), conforme a relação nominal dos prémios, gratificações e pensões vitalícias determinada pelo príncipe regente. Mas logo depois solicita que, em lugar dessa gratificação, fosse condecorado com a insígnia da Ordem da Torre e Espada, o que mereceu a aprovação de D. João.[19]

A Comenda da Torre e Espada do capitão Howe Mulcaster

Esta condecoração do cirurgião da corveta *MHS Confiance*, a pedido do próprio, irá desencadear em 1813 uma carta do imediato dessa mesma corveta, já então capitão William Howe Mulcaster ao embaixador de Portugal em Londres, conde do Funchal, na ocasião em que o diplomata se preparava para lhe fazer entrega da espada de honra concedida por D. João.

1813, 2 de fevereiro – Ofício nº 406 do conde do Funchal, para o conde das Galveias no Rio de Janeiro, dando conta, entre outros assuntos, de uma conversa tida com o capitão William Howe Mulcaster, "que foi primeiro-tenente debaixo de *sir* James Yeo na tomada de Caiena, veio falar-me para

me dizer a dificuldade que tinha de aceitar a espada que SAR o príncipe regente N. S. lhe mandava dar, e eu lhe oferecia, uma vez que ao cirurgião da corveta se dera a Ordem da Torre e Espada".

Em anexo, a carta recebida desse oficial, de 31 de janeiro, onde o capitão Mulcaster dá conta de que esteve no mar durante três anos, pelo que não pode atender antes a conversa com o embaixador, para este lhe fazer entrega da espada de ouro que o príncipe regente lhe fez a honra de conferir:

> Captain Mulcaster presents his respects to his Excellency Viscount Funchal and wishes to converse with him on the subject of a gold-sword which His R. H. The Prince Regent did him the Honor to offer. Captain Mulcaster, having been abroad for the last three years, has not had it in his power to wait on his Excellency before, which, however, he now does, in order to explain to the Court that the surgeon of the *Confiance*, having received from His Royal Highness a public Order tho´holding a situation in Rank so far inferior to Captain Mulcaster at the reduction of Cayenne, that it would be a reflection on Captain Mulcaster in the eyes of his Brother-Officers of the British Navy at large, were he to accept anything in the public manner and conferred as a Public-reward for his service at Cayenne, that is either inferior to, or even merely equal with reward or honorable distinction bestowed on the surgeon of a ship. = 39. Parliament Street. January 31, 1813.[20]

Ou seja, tendo o cirurgião da corveta recebido de S.A.R. uma ordem pública, estando ele numa posição hierárquica tão inferior à do capitão Mulcaster na tomada de Caiena, isso reflete-se aos olhos dos seus irmãos – oficiais da Armada Britânica – de tal forma que ele não pode aceitar nenhuma recompensa pública pelos seus serviços na tomada de Caiena, que seja inferior, ou sequer igual, com respeito à distinção honorífica concedida ao cirurgião de um navio.

1813, 9 de junho - Na resposta enviada do Rio de Janeiro, o conde das Galveias comunica a Londres que:

> Ofício nº 112 – "(...) as distinções e recompensas dadas por S. A. R. aos oficiais e tripulação da corveta *Confiança* pelos serviços que prestaram por ocasião daquela conquista (de Caiena), foram aqui regulados segundo o parecer do próprio comandante *sir* James, que por meio de lorde Strangford, que muito interveio neste negócio, indicou positivamente o género e qualidade da recompensa, que mais propriamente convinha a cada um dos indivíduos da referida corveta; e S. A. R. lhes concedeu em consequência, mandando logo anunciar-lhes, antes que a corveta partisse deste porto, as mercês com

que se propunha remunerá-los, como V. Exª verá da cópia nº 2 da nota que então se dirigiu a lorde Strangford (datada de 21 de agosto de 1809): e portanto parece mui fora de propósito a dificuldade que agora ocorre ao capitão Mulcaster; tanto menos atendível, quanto é imprópria e pouco delicada toda a discussão a semelhante respeito".[21]

Figura 5: Retrato em 1830 de Sir William Howe Mulcaster, por Jean-Louis Canon. Pintado quando já era Comendador da Torre e Espada, ostentando o placar da Ordem de fabrico inglês e a medalha-cravate do pescoço, fabricada pelo ourives lisboeta Francisco dos Santos Leite em finais de 1824.
(foto: cortesia Beaverbrook Collection of War Art - CWM 19840133-006)

Sir William Howe Mulcaster (1785-1837), já tinha sido anteriormente presenteado com uma espada de honra, em 1805, pelo Fundo Patriótico Lloyds, no valor de 50 guinéus. Foi promovido a capitão em maio de 1809. Após o seu regresso do Brasil, continuou a servir sob as ordens do comodoro James Yeo, distinguindo-se em 1812 nas batalhas dos Grandes Lagos do Canadá. Em maio de 1814 era comandante da fragata *Princess Charlote* de quarenta peças, tendo sido gravemente ferido, com perda de uma perna, numa violenta

confrontação com americanos. Ficou inválido, passou a receber uma pensão, foi nomeado cavaleiro da Ordem do Banho em 1831 e ajudante de campo do rei Jorge IV em 1836, tendo falecido no ano seguinte.

Uma comenda feita em Lisboa em 1824-1825

Para a história deste distinto marinheiro inglês, falta acrescentar que ele nunca desistiu das suas pretensões honoríficas. Em 1821 e aproveitando o decreto das Cortes Gerais portuguesas de 6 de março (faculdade dos oficiais ingleses que serviram em Portugal no posto de coronel e de tenente-coronel, receberem as insígnias de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, se ainda não as tivessem), seria nomeado cavaleiro (decreto de 27 de outubro e portaria de 28). Inconformado, recorre novamente ao embaixador de Portugal em Londres em 1824, após a revolução pela restauração dos direitos da soberania da realeza de D. João VI. De Londres segue a informação do embaixador conde de Vila Real para o ministro marquês de Palmela, de que:

> (...) segundo a minha lembrança, o capitão Mulcaster não foi contemplado com remuneração alguma, porque não quis aceitar um sabre que Sua Majestade aqui mandou fazer para se lhe oferecer, com uma inscrição que recordava o serviço que prestou na tomada de Caiena, julgando, além disso, que não podia aceitar a condecoração de simples cavaleiro de (Torre e Espada) que se tinha dado ao médico que acompanhara aquela expedição (...).[22]

Sensível a estes argumentos, o capitão Mulcaster é finalmente atendido pelo soberano português e elevado à dignidade de comendador da mesma ordem por Carta Régia de 11 de setembro de 1824, passada pela repartição do reino após ofício do marquês de Palmela, que desde maio de 1823 era ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra:

> Senhor ministro e secretário d'Estado dos Negócios do Reino. - El Rei meu Senhor É servido conceder a condecoração de comendador da Torre e Espada ao capitão da Real Marinha Inglesa Guilherme Howe Mulcaster, em atenção aos serviços que fez na tomada de Caiena. O que participo a V. Exa. para haver de se lhe passar o respetivo diploma. Deus guarde a V. Exa. Paço da Bemposta, em 11 de setembro de 1824. - Marquês de Palmela.
>
> Notas à margem: "P. Carta Régia em 11 de setembro de 1824 – Comunicou-se à Secret. d'E. dos Negócios Estrangeiros em 16 de setembro".[23]

Dias depois, a 14 de setembro, Palmela endereça uma carta ao capitão Mulcaster a comunicar a mercê dada por Sua Majestade Fidelíssima. A comunicação oficial seguiria a 12 de fevereiro de 1825, pelo novo ministro António Miguel de Melo, e o envio do diploma e das insígnias foram remetidas para a embaixada em Londres a 28 de fevereiro.[24]

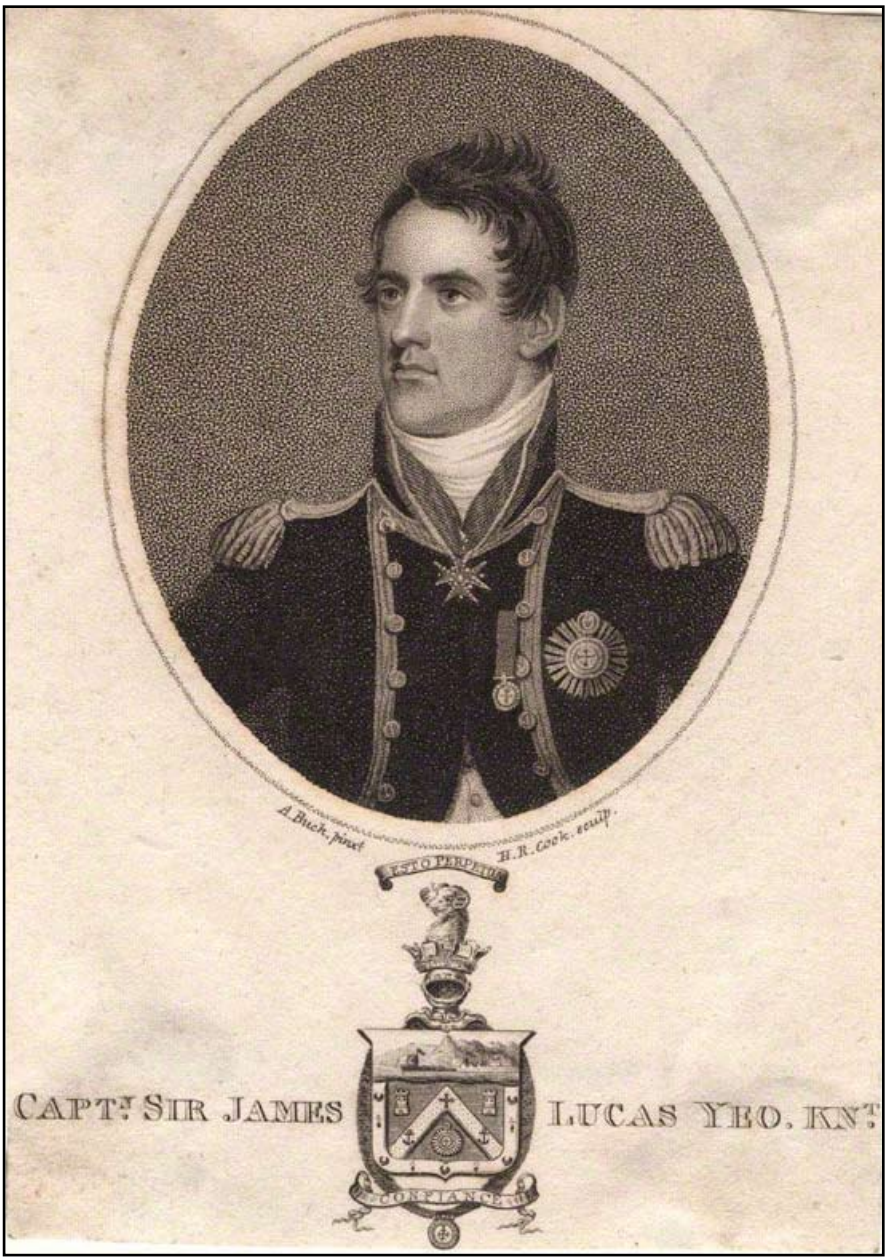
Finalmente comendador, obtida a licença do seu soberano para aceitar e usar das respetivas insígnias em outubro de 1825,[25] Howe Mulcaster faz-se retratar em 1830 com o legítimo orgulho de as poder ostentar aos seus irmãos de armas, cravate portuguesa e placa, tendo ao peito outra insígnia, da Real Ordem Guélfica (Hanover), um retrato que ilustramos nestas páginas.

As máquinas de cunhar moeda de Boulton & Watt perdidas

Na mesma época da conquista da colônia de Caiena, a Corte do Rio de Janeiro ordena a Londres que encomende à casa Boulton & Watt de Birmingham, conhecida como "The Soho Mint", um novo e revolucionário equipamento de cunhar moeda, uma caldeira a vapor e duas máquinas de cunhar tipo Boulton, destinadas à casa da moeda do Rio de Janeiro, "para cunhar patacas espanholas em moedas de 10 tostões", uma encomenda de que o próprio embaixador Sousa Coutinho se encarregou pessoalmente, deslocando-se a Birmingham em setembro de 1809. Uma encomenda cujo fabrico tardou, só ficando pronta em junho de 1811, tendo um custo de £ 8.000 (contravalor: 28:800$000 réis; valor atual: 633.600 euros).[26]

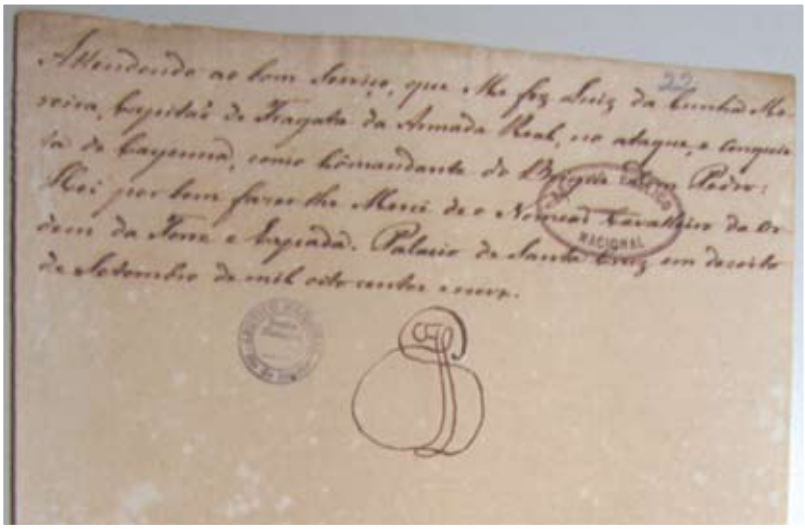
Esta revolucionária máquina a vapor nunca chegaria ao Brasil. Em março de 1812, o navio *Croydon* que a transportava da Grã-Bretanha, capitão Philip Blyth, naufragou nas costas da Paraíba do Norte, perdendo-se toda a valiosa carga encomendada pela Corte (além da caldeira e das máquinas de cunhar, carvão de pedra, coleção de minerais, material tipográfico e instrumentos de matemática e de química), tudo segurado por £ 11.000 esterlinas (contravalor: 39:600$000 réis; valor atual: 871.200 euros) que as seguradoras inglesas acabariam por pagar depois de muito esforço da embaixada de Portugal em Londres.[27]

Desta encomenda da máquina a vapor de Boulton derivou pouco depois outra encomenda, a das medalhas comemorativas da tomada de Caiena aos franceses.

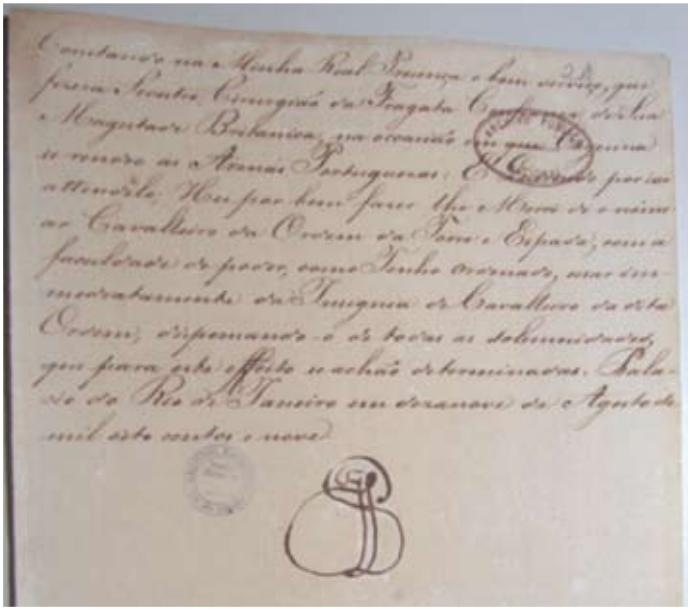


Retrato em 1810 do capitão Sir James Lucas Yeo (1782-1818),
com a cravate da Ordem do Banho, placa e hábito da Ordem Militar de
S. Bento de Avis, que também figuram no seu armorial heráldico
*(*The Naval Chronicle For 1810*, vol. 24, p. 285)*

Retrato do almirante Luis da Cunha Moreira, c. 1860 por H. Krunholz.
Pintado quando já era Grã-cruz da Ordem Imperial de Avis (agraciado a 2 de dezembro de 1854), ostentando ao pescoço a cravate da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul e a medalha brasileira de Montevideu e, no peito, o hábito-insígnia de Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, atribuída em 1809, pela tomada de Caiena.
(foto: cortesia Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil. Inv. n.º 2540*)*



Em cima: Carta Régia nomeando o capitão de fragata Luis da Cunha Moreira (filho), Cavaleiro efectivo da Ordem da Torre e Espada, 18 de setembro de 1809.
Em baixo: Carta Régia nomeando o cirurgião da fragata Confiance*, Dr. Tomas Sevestre, Cavaleiro honorário da mesma Ordem, 19 de agosto de 1809.*
(Arquivo Nacional do Brasil, BR AN, RIO 69", caixa 786. Fotos do autor)



Retrato em 1830 de Sir William Howe Mulcaster, por Jean-Louis Canon.
Pintado quando já era Comendador da Torre e Espada, ostentando
o placar da Ordem de fabrico inglês e a medalha-cravate do pescoço,
fabricada pelo ourives lisboeta Francisco dos Santos Leite em finais de 1824.
(foto: cortesia Beaverbrook Collection of War Art - *CWM 19840133-006)*

A medalha comemorativa de Caiena 1809: dados inéditos

Como ficou dito, o sucesso da campanha militar motivou o príncipe regente D. João a mandar cunhar em Londres, a título de recordação, uma medalha comemorativa alusiva à tomada de Caiena aos franceses no dia 14 de janeiro de 1809, com a finalidade de ser oferecida aos militares que participaram nessa conquista. Esta decisão foi comunicada por decreto de 16 de agosto ao conde de Aguiar, presidente do Real Erário no Rio de Janeiro, que nesse mesmo dia despachou ao embaixador Domingos Sousa Coutinho, em Londres, as ordens em conformidade:

> O conde de Aguiar, do Conselho de Estado, ministro assistente ao despacho e presidente do Meu Real Erário, fará expedir as ordens necessárias ao meu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Corte de Londres, para se fazerem e distribuirem pelas diferentes pessoas da tripulação da fragata de guerra de Sua Majestade Britânica, a *Confiança*, que vão indicadas na relação junta, assinada pelo meu conselheiro ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, as espadas e medalha de que faz menção a mesma relação, e que lhes servirá de testemunho de particular consideração e memória que quero que conserve dos serviços que fizeram na expedição contra Caiena. - Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1809.- Com a rubrica do príncipe regente.
>
> Relação das pessoas pertencentes ao navio de S. M. B. a *Confiança* que mais distintamente se distinguiram na gloriosa expedição contra Caienna e às quais S. A. R. o príncipe regente Nosso Senhor, houve por bem recompensar com os prémios abaixo especificados: - O tenente Mulcaster, com uma rica espada guarnecida de ouro - Os voluntários Jorge Forder, David Troin, Guilherme Moore, Edevart Bryant e Jorge Yeo, com um traçado ou pequena espada, guarnecida de prata com a letra – Cayenna e a coroa e cifra do príncipe regente Nosso Senhor ali gravada - Toda a mais tripulação de marinhagem com uma medalha de prata segundo o modelo aqui apenso. - Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1809. - Conde de Linhares.
>
> (Registadas a fls. 54 v. e 55 do Livro nº 11, de Decretos e Cartas Régias existente na Secretaria de Estado da Guerra.[28]

No Arquivo Nacional de Portugal (Torre do Tombo), no fundo da Legação de Portugal em Londres (MNE) constam os originais dos ofícios nº 72, de 18 de agosto, do conde de Linhares, sobre a Comenda de Avis para o capitão Yeo (mais acima transcrito) e outro ofício anterior do conde de Aguiar, de

16 de agosto, em que se ordena ao embaixador Sousa Coutinho, em nome do príncipe regente, que mande dar, "os prémios, gratificações e pensões vitalícias às pessoas da fragata *Confiança* que se distinguiram na expedição contra Caiena, cujos nomes constam nas relações insertas, em recompensa do seu bom serviço naquela ação".[29]

As faturas das medalhas

A encomenda à oficina de Boulton & Waytt das medalhas comemorativas ordenadas pela Corte foi um processo conduzido pelos administradores da Fazenda Real em Londres, que nessa altura eram João Carlos Lucena (também consul-geral na Grã-Bretanha) e Manuel António de Paiva. Como administradores, a eles competia gerir os fundos da Fazenda Real, efetuar as vendas de diamantes que vinham do Rio de Janeiro, de pau-Brasil que vinha de Pernambuco, de urzela da ilha da Madeira, de pontas de marfim de elefantes, etc., bem como, efetuar os pagamentos, pensões e salários dos diplomatas portugueses espalhados pelas diferentes cortes europeias, e levantar os fundos requeridos pela Corte e a eles endereçados pelo embaixador Sousa Coutinho.

Escondidos no meio de uma multitude de "assuntos financeiros" geridos por estes dois administradores entre 1809 e 1811, encontram-se no seu arquivo vários documentos inéditos sobre as medalhas de Caiena.[30]

1811, 3 de março - Primeira fatura de Boulton:

- Pela gravura de um par de cunhos para medalhas tendo a cabeça do príncipe regente de Portugal no anverso e uma coroa de louros com inscrição no reverso: £ 42,00.
- Por trezentas medalhas de prata dourada pesando 2 1/4 oz. de prata fina cada (69,98 g); valor da prata, da douragem, mão de obra, estampagem, caixas de metal, embalagem, transporte e outras contingências: 42 sh. cada, total £630,00.
  Total da fatura: £672,00.

1811, 9 de maio - Segunda fatura de Boulton:

Dando conta da entrega de 300 medalhas de prata, encomendadas por carta dos administradores da Fazenda de 28 de março.

Por trezentas medalhas do príncipe regente de Portugal, em prata fina, pesando 2 1/4 oz. cada (69,98 g); valor da prata, caixas de metal, etc, transporte e seguro a 30 sh. cada: £450,00.

Total das duas faturas: £ 1.120,00 (contravalor: 4:032$000 réis; valor atual: 88.704 euros. Custo unitário médio de cada medalha: 148 euros).

Os comentários do embaixador em Londres, conde de Funchal

Passada a primeira fase da encomenda das medalhas, o embaixador em Londres vai enviando para o Rio de Janeiro informação do andamento do processo fabril, com alguns comentários que reproduzimos na íntegra do arquivo da sua correspondência com a Corte:[31]

> 1811, 1º de fevereiro - Ofício nº 184: "4 - Mr Boulton tem-me feito perder a paciência com as medalhas de Caiena - o 1º cunho saiu com o relevo demasiado - creio que procura emendar-se (...) N.B. - Mr Boulton me repete o aviso, que em Birmingham se fabricam patacas de Rs. 960, imitando as que aí se têm cunhado (...)".
> 1811, 2 de abril – Ofício nº 203: "7 - A máquina de cunhar de Boulton está acabada; 8 - As medalhas de Caiena estão cunhadas".
>
> 1811, 17 de abril – Ofício nº 209: "4 - Quando houver um portador seguro remeterei as medalhas de Caiena".
>
> 1811, 8 de junho – Ofício nº 229: 1 - A máquina de vapor de Boulton e as duas imprensas de cunhar estarão prontas a 16 do corrente (...); Nenhuma encomenda me tem dado mais desgostos do que estas (...); a despesa é de £ 8.000 e tantas, a pagar em dois a quatro meses (...). 2 - As medalhas de Caiena irão pelo paquete imediato a este, e por portador seguro - São cunhadas trezentas em prata e trezentas em prata dourada - Deram-se à oficialidade da corveta *Confiance* quarenta douradas, e para a Tripulação, 109 de prata. A fatura irá pelo portador. Também não foi de pequeno desgosto e trabalho esta encomenda, e a despesa bem grande - Ela monta a £1.120, segundo a carta de Mr. Boulton. Digne-se V. Exa. comunicar este ofício ao Exmo. conde de Aguiar".
>
> 1811, 8 de julho – Ofício nº 236: "3 - Parte das medalhas de Caiena irá por portador seguro. Deixarei aqui o maior número, e esperar pelas ordens de V. Exa. se preferir que daqui sejam expedidas ao Pará e Caiena".
>
> 1811, 21 de agosto – Ofício nº 255: Gaspar Marques, que parte neste paquete, terá a honra de entregar a V. Exa. trinta medalhas doiradas de Caiena, no caso de SAR o príncipe regente N. S. deseje fazer

> presente de algumas. Além das que foram dadas a Mr. Spencer (como avisei no meu ofício nº 229) para serem distribuidas pela oficialidade e tripulação da corveta *Confiance*, reservo, em meu poder, vinte para distribuir, se for necessário, em Londres - e 180 ficam depositadas nesta administração, porque julgo que V. Exa. há de ordenar-me que as mande em direitura ao Pará e Caiena. Ficam igualmente na Administração 191 medalhas de prata não doirada - foram dadas 109 à tripulação da corveta *Confiance*.

Em resposta a este último ofício veio a aprovação pelos procedimentos efetuados:

> 1811, 2 de novembro – Ofício nº 33 (do conde de Linhares): "Foi presente a S.A.R. o ofício de V. Exa. nº 255 e sobre as medalhas de Caiena, além das que vieram, que S.A.R. guardou, para distribuir como melhor julgar conveniente, dignou-se o mesmo augusto senhor aprovar tudo o que V. Exa. obrou, e propõe, seja para a distribuição que deve fazer em Londres, e aos da corveta *Confiança*, seja para as que deve mandar logo daí para Caiena e para o Pará, devendo V. Exa. executar tudo o que propõe".[32]

Tendo falecido o governador do Pará em abril de 1811, a expedição das medalhas foi suspensa e só teve lugar em abril de 1813, para o novo território e conquista de Caiena, onde chegaram em outubro de 1813. Nos *Papéis relativos a Cayenna* do Arquivo Nacional de Portugal, repousa a memória de uma complexa discussão sobre o dinheiro a pagar aos oficiais ingleses, como direito das presas de Caiena, uma reclamação liderada pelo capitão Yeo em 1809 e que só ficaria concluída em abril de 1813.

Nesses papéis estão duas cartas originais do brigadeiro Manuel Marques, para o embaixador Sousa Coutinho, conde do Funchal. Na primeira, de 22 de março de 1813, o governador de Caiena agradece o ofício do embaixador de 4 de novembro de 1812, que lhe comunicou ter sido encarregado da distribuição das medalhas para com os militares "que comigo fizeram esta conquista", anexando o *Mapa da tropa da capitania do Pará que fez a Conquista*, mais acima referido, "que se juntou à da Brigada Real de Marinha, pertencente às guarnições dos brigues *Voador* e *Infante D. Pedro*, que desembarcou, e unida à tropa de Terra serviu com os caçadores até ao fim da campanha", concluindo que, dos 877 efetivos pelos quais era responsável, tinham entretanto falecido e desertado 219 homens, restando assim 658 militares para receberem as medalhas (incluindo os 53 militares da Brigada Real de Marinha).

Quanto aos marinheiros portugueses envolvidos nessa campanha, acrescenta:

> (...) Pesa-me não poder dar também um estado exato de todos os indivíduos da nossa marinha, e principalmente dos brigues *Voador* comandado pelo capitão de fragata João António Salgado e *Infante D. Pedro* pelo capitão-tenente Luis da Cunha Moreira, que serviram na conquista, porque eles estavam debaixo das ordens imediatas do capitão Yeo: é porém meu dever mencioná-los e dizer que foram muito úteis e serviram com distinção. O desconto em mortos e desertados de que faz menção a observação do Mapa, não compreende a tropa da brigada, porque tendo-se reunido ao seu corpo, ignoro o destino que teve (...).[33]

Na segunda carta, datada de 14 de outubro de 1813, Manuel Marques acusa a receção de 401 medalhas, sendo 210 de prata dourada e 191 de prata não dourada. Junta novamente uma segunda via do *Mapa da tropa*, com a declaração dos efetivos que existem para receberem as medalhas, "as quais ainda não distribuí por ser o número insuficiente para todos." As que recebeu foram distribuídas a 17 de dezembro de 1813, aniversário natalício de Sua Majestade Fidelíssima D. Maria I, pelos oficiais e suboficiais do Pará.

Pouco depois comunica para o Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1814, em seu nome e dos seus companheiros, o seu reconhecimento por mais esta prova da régia benevolência do príncipe regente. É neste ofício que vem uma passagem de importância para a continuação da narrativa histórica destas medalhas, quando escreve que, "como aquele número é insuficiente para todos os que devem ter esta distinção, pedi a S. Exa. as medalhas que faltavam".[34]

De fato, Manuel Marques tinha pedido mais medalhas ao embaixador Sousa Coutinho, por ofício de 11 de outubro de 1813, o qual deu origem a uma segunda encomenda de 204 medalhas de prata em 1814, que nunca chegou a ser distribuída, como veremos adiante. Este número pode ser deduzido da estatística dos efectivos militares acima indicados: se retirarmos os 53 soldados marinheiros, restam 605 militares do corpo das tropas do Pará, a quem foram distribuidas as 401 medalhas recebidas de Londres, restando por isso 204 militares que não receberam a medalha.

Para a História fica o registo de que os marinheiros das guarnições dos dois brigues portugueses que apoiaram a conquista de Caiena, e os bravos 53 soldados marinheiros da Brigada Real de Marinha, nunca chegaram a receber

esta medalha comemorativa (os soldados marinheiros foram aquartelados em março de 1809 na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, ainda hoje a sede do Corpo de Fuzileiros Navais).

Medalha comemorativa ou condecoração?

Para os militares brasileiros que as receberam eram simplesmente medalhas comemorativas de um grande feito militar e não condecorações militares. Isso mesmo ficou claro em 1816, quando o major Manuel Xavier Palmeirim[35] questionou saber qual era a fita ou cordão de que devia trazer pendente a medalha. A resposta do marquês de Aguiar, de 5 de abril de 1816, foi clara:

> Sendo presente a S. M. El-rei meu Senhor a suplica que Vmcê. fizera para lhe ser determinado com que fita ou cordão devia trazer pendente a medalha, que o mesmo augusto Senhor fora servido mandar dar a Vmcê., e aos mais oficiais que foram à conquista de Caiena, como um sinal da sua real aprovação pelo bem com que se comportaram naquela ação, em que tão valorosamente se distinguiram, é servido mandar que a dita medalha - se não deve fazer uso algum, pois que da sua mesma forma se vê que não foi feita para se trazer pendente nem de outro algum modo visível, devendo cada um dos que tiveram a honra desta real dádiva - conservá-la como uma memória da real aceitação que mereceu aquele serviço, que tanto o acredita. Por esta ocasião restituo a Vmcê. a medalha que lhe foi dada, e que Vmcê. apresentará a aquele fim, o que tudo participo a Vmcê. para sua inteligência. Deus guarde a Vmcê. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de Abril de 1816.-Marquês de Aguiar.[36]

Não foi esse o entendimento de alguns oficiais ingleses, que não hesitaram em mandar adicionar um aro ou um travessão de suspensão para fita, com que a traziam pendente ao peito, de uma fita de que não se sabe as cores (num leilão em Londres apareceu uma medalha de prata pendente de fita amarela de orlas pretas, que são as cores da fita da Ordem da Benemerência da República Portuguesa).

Outro documento bem mais importante é o recentemente descoberto retrato do capitão *sir* James Lucas Yeo, em miniatura pintada e que aqui se divulga, onde aparece ostentando ao peito, juntamente com outra insígnia, a sua medalha de Caiena, de ouro – terá sido um dos únicos oficiais a mandar fazer uma deste metal – pendente de uma fita cujas cores parecem ser, vermelho ou lilás, de orlas verdes.[37]

É o único testemunho conhecido do seu uso como distintivo honorífico pelos oficiais ingleses.

Figura 6: Retrato c. 1813 em miniatura do capitão Sir James Lucas Yeo. Ostenta a medalha de Caiena ao peito, de ouro pendente de fita verde com risca vermelha ao centro, ilustrando uma prática entre alguns oficiais ingleses, de transformar uma medalha comemorativa numa condecoração. (foto: The War of 1812 Magazine, issue 13, cortesia Sim Comfort Collection)

A última viagem das medalhas comemorativas de Caiena 1809

Passados uma dezena de anos, a medalha comemorativa da tomada de Caiena volta a ser assunto na correspondência entre a embaixada de Portugal em Londres e a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. O conde de Funchal foi substituído interinamente em abril de 1815 por Cipriano Ribeiro Freire, o qual, por sua vez, daria lugar ao conde de Palmela em outubro de 1816, que permaneceu à frente da legação portuguesa em Londres até maio de 1820. A este posto regressaria já como marquês de Palmela em 1825, nele permanecendo até início de 1828.

> 1825, 21 de agosto – Informa o marquês de Palmela ao ministro conde do Porto Santo: "Ocorre-me participar a V. Exa., que está em meu poder (o que várias vezes tive a honra de dizer a El-Rei meu Senhor) uma considerável porção de medalhas de prata, cunhadas em memória da tomada de Caiena, com destino de serem distribuídas nos oficiais que tiveram parte na expedição. Levei-as comigo em 1820, quando deixei esta missão, e ficaram em Portugal, d'onde as tornei a trazer para Londres, havendo pedido a S. M. que me determinasse o que havia de fazer d'elas, e sem ainda ter obtido a decisão real. O grande espaço de tempo decorrido desde a tomada da Caiena, induz-me a supôr que já agora seria intempestiva a distribuição de tais medalhas; e por isso me lembra que, excetuando um pequeno número que poderei enviar para guardar como curiosidade, talvez conviesse fundi-las: poderão produzir entre 500 e 600$000 réis. Queira V. Exa. porém determinar o que hei de fazer a este respeito, pois de nenhum modo há motivo para as guardar aqui; e querendo S. M. que elas se conservem, buscarei a primeira oportunidade de remetê-las a essa secretaria d'Estado. Deus guarde a V. Exa. Londres, 21 de agosto de 1825. – Il.mo. e Ex.mo Sr. Conde de Porto-Santo - Marquês de Palmela".[38]

Obtida a concordância do ministro conde do Porto Santo, que pede o envio de uma dúzia de medalhas para Lisboa e concorda com a venda das restantes, empregando-se o produto dessa venda para as despesas da secretaria da embaixada em Londres, Palmela vai dando conta deste assunto:[39]

> 1825, 6 de outubro – Ofício nº 44: "Remeto uma dúzia de medalhas de Caiena, restando aqui 192 para se mandarem vender, depois de amolgadas, e aplicar o seu produto conforme despacho de V. Exa.".
> 1825, 26 de outubro – Ofício nº 49: "A venda das 192 medalhas de Caiena produziram à razão de 11 xelins e 9 pences, a quantia de 112 libras, 12 xelins e 4 pence" (cerca de 8.900 euros actuais).

Assim terminou a última viagem das medalhas comemorativas da tomada de Caiena.

A segunda encomenda de 1814

No entanto, as contas não batem certo. Somando as 204 medalhas de prata de que fala Palmela, com as 600 distribuídas em 1811-1813, temos 804 medalhas. O que implica a existência de uma segunda encomenda de, pelo menos, 204 medalhas de prata, em 1814, um número concordante com o pedido feito pelo brigadeiro Manuel Marques pelo citado ofício de 11 de outubro de 1813 ao conde do Funchal, e por este endereçado a 11 de junho

de 1814 aos administradores da Real Fazenda em Londres, já então A. T. de Sampaio e J. Palayart, com o pedido de informação do custo de uma nova encomenda de medalhas a Mr. Boulton:

> Sirvam-se V. Mercês. informar-se de Mr. Boulton a quanto montará a despesa de cunhar o número de medalhas de Caiena tanto douradas como de prata, que se fazem precisas segundo o cálculo a que V. Mercês mandarão proceder o Sr. Lindgreen, deduzindo as que se mandaram, as que se deram aqui aos oficiais ingleses, e que o governador não deve mais meter em conta.[40]

Desde então, o rasto documental desta segunda encomenda desapareceu. Os últimos meses do embaixador Domingos António de Sousa Coutinho no seu posto em Londres foram complicados. Nomeado para assistir à Conferência de Paz dos Aliados em Paris, assinou o Tratado de Paz com a França, em 30 de maio de 1814, que D. João se recusou a retificar, porque considerava a proposta de restituição de Caiena aos franceses, "ofensiva da dignidade da Coroa".[41] Seria nomeado embaixador extraordinário em Roma junto do Santo Padre e substituído interinamente em abril de 1815 por Cipriano Ribeiro Freire, que ocupou o posto até ao regresso do conde de Palmela do Congresso de Viena.

Quando o conde de Palmela toma posse do cargo de embaixador em Londres, em outubro de 1816, a segunda encomenda das 204 medalhas de prata de Caiena já tinha sido fabricada e entregue na administração da Fazenda Real. Como o próprio narrou, levou-as depois consigo em 1820 para Lisboa e tentou dar-lhes um destino, sem o conseguir. Regressou com elas de novo para a embaixada de Londres em 1825 e nesse ano foram todas destruídas, com exceção de uma dúzia, enviadas para Lisboa como lembrança.

Estatística das medalhas comemorativas de Caiena 1809

Para concluir, podemos agora resumir alguns dados estatísticos sobre as medalhas de Caiena 1809.

1. Encomendas das medalhas à Casa The Soho Mint em Birmingham:
   - Em 1810/1811 – Primeira encomenda de 300 exemplares de prata dourada e 300 exemplares de prata, após aprovação do cunho. Entregues em março e maio de 1811.
   - Em 1814 – Segunda encomenda de 204 exemplares de prata.

2. Distribuição das medalhas:
   - Em 1811, Londres – Oficiais e tripulação da corveta *HMS Confiance*: quarenta exemplares de prata dourada; 109 exemplares de prata.
   - Em 1811, Rio de Janeiro – Para ofertas do príncipe regente: trinta exemplares de prata dourada, recebidos na Corte. Ficaram na embaixada em Londres vinte medalhas de prata dourada para ofertas do embaixador.
   - Em 1813, Caiena – Expedição em abril das medalhas para o governador de Caiena distribuir: 210 exemplares de prata dourada e 191 exemplares de prata. Recebidas em Caiena em outubro, distribuídas pela tropa em 17 de dezembro de 1813.
3. Destruição do excedente das medalhas da segunda encomenda em Londres:
   - Em 1825, agosto – O marquês de Palmela relata ter à sua guarda 204 medalhas, para serem fundidas, da segunda encomenda, nunca distribuída. Foram enviadas doze exemplares de prata para Lisboa, para a Secretaria de Estado do Negócios Estrangeiros.
   - Em 1825, outubro – São destruídos 192 exemplares de prata e vendido o metal.

   A destruição da segunda encomenda mantém a estatística da primeira, mas adiciona mais doze medalhas de prata enviadas para Lisboa.
4. Estatística geral – total 612 medalhas, das quais: 312 medalhas de prata; e trezentas medalhas de prata dourada (vermeil).

Catálogo das medalhas comemorativas da tomada de Caiena 1809

Como se disse, as medalhas foram estampadas na fábrica Boulton & Watt de Birmingham, conhecida como "The Soho Mint", onde eram fabricadas as famosas máquinas de cunhar de Mathew Boulton (1728-1809), por balancê de parafuso movido por máquina de vapor de James Watt (1736-1819), uma inovação técnica que revolucionou a indústria britânica da época, permitindo ganhos de produtividade e acentuada melhoria da qualidade e volume de estampagem.

CAY 1 – Prata dourada

CAY 2 – Prata

CAY 3 – Ouro

Figura 7: Medalha comemorativa da tomada de Caiena - 1809
Cunhagens de prata dourada, prata e ouro - Módulo 51 mm

Figura 8: Prova de bronze (dia. 48 mm) com a cápsula original de protecção, do espólio familiar do fabricante M. R. Boulton, leiloado em 2004 (fotos: cortesia de The Copper Corner)

Para esta medalha, o escultor Peter Roux modelou e interpretou o desenho recebido do Brasil, com o famoso retrato D. João, desenho de Domingos Sequeira de 1802, que seria gravado no aço dos cunhos por George Frederick Pidgeon, um talentoso gravador-assistente do Departamento de Selos do governo britânico.

A sua descrição numismática é a seguinte:

> Anv. - D : JOAM P : G : D : PRINCE : REGEN : DE PORTUGAL & c *(D. João pela Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal etc)*, na orla circular. Ao centro, a efígie degolada de D. João, à esq., muito

relevada, com coroa de louros atada por um laço na nuca, à maneira dos imperadores romanos. Na truncatura do pescoço a gravação MOD BY ROVW (*Peter Rouw modelou*), tendo por baixo no campo a assinatura do gravador PIDGEON F. (*Pidgeon fez*) e, na orla inferior, a era 1809. Bordo liso.
Rev.- CAYENNA TOMADA A : OS FRANCEZES, na orla lateral. Ao centro, a data 14. JAN // 1809. em duas linhas, dentro de uma coroa de dois ramos de café, ligados em baixo por um laço.
Módulo: 51 mm.
Metal: prata fina, peso nominal 70 g
Metal: prata dourada, peso nominal 71 g
Metal: ouro, peso 71 g, cunhagem não regulamentar
Metal: cobre e cobre dourado, recunhagens abusivas

Além das medalhas regulamentares de prata e prata vermeil, são conhecidas outras não regulamentares (de ouro) e de recunhagens abusivas (de cobre) fabricadas pelo estampador por todo o século XIX.

Segue-se uma catalogação e inventariação das medalhas estudadas pelos metais:

CAY 1 – Vermeil (prata dourada). 300 exemplares fabricados. Exemplares estudados, peso médio 69,95g: Museu Grão Vasco em Viseu (51mm, peso 71g. Inv. n.º 3797); Museu Marítimo de Greenwich (51mm, peso 68,2g. Inv. MEC1562); Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora (51mm, sem peso); Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (51mm, peso 70,95g. Siga: 310027); Museu Numismático Português, Lisboa (50mm, sem peso. MCM 48); leilão Morton & Eden 2003, lote 62 (51,2mm, sem peso); leilão DNW, Londres, 22 de setembro de 2006, lote 454 (51mm, peso 69,7g).
CAY 2 – Prata. 312 exemplares fabricados e distribuídos. Exemplares estudados, peso médio 67,50g: em leilões internacionais (pesos 67,12g; 67,45g e 67,96g); Numismática Leilões, Lisboa, 16 de dezembro de 2016, lote 640 (51mm; peso 67,39g); Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (51,1mm; peso 68,18g. Siga: 213124; 51,0mm; peso 67,01g. Siga: 310026); Museu Numismático Português, Lisboa (50mm, sem peso. MCM 49); leilão DNW, Londres, 29 de junho de 2006, lote 11 (com aro de suspensão, sem peso); leilão DNW. Londres, 13 de julho de 2011, lote 1761 (50mm, sem peso); leilão Heritage World Coin, 8 de agosto de 2014, lote 23128 (50mm; peso 67,45g)
CAY 3 – Ouro. Dois exemplares conhecidos: Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa (dia. 51mm; peso 71g. Inv. nº 4877); Museu Nacional da Royal Navy, em Portsmouth (dia. 50mm; peso 70g. Inv. RNM Temp63). Cunhagem não regulamentar, eventualmente mandada estampar por oficiais britânicos. A proveniência do exemplar do

Palácio da Ajuda não é conhecida, sendo mais provável que tenha pertencido à coleção numismática do rei D. Luís I.

CAY 4 – Cobre. Recunhagens abusivas sem autorização do governo português, a quem pertenciam os cunhos desta medalha.

CAY 4A – Cobre e cobre dourado, peso 58+ g. Recunhagens próximas da época, algumas com aro de suspensão. Exemplares estudados: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (dia. 51mm; peso 58,50g. Siga: 310028): leilão DNW, Londres, 13 de julho de 2011, lote 1762 (dourada, 50mm, com aro de suspensão, sem peso) e lotes 1764 e 1765 (cobre, 50mm, sem peso)

CAY 4B – Cobre e cobre dourado, peso 92+ g. Recunhagens tardias, meados-finais do século XIX. Exemplares estudados: Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (cobre, dia. 51,1mm; peso 92,27g. Siga: 213125); Museu Numismático Português, Lisboa (cobre dourado, dia 50mm, 93g. MCM 3732);

Medalha de cobre dourado, peso 58g, adaptada
com aro para fita de suspensão
CAY 4A e CAY 4B – Cobre

Medalha de cobre, peso 93g, recunhagem
tardia não autorizada

Figura 9: Medalha comemorativa da tomada de Caiena - 1809
Adaptações e recunhagens não autorizadas

É sabido que os sucessores de Boulton recunharam várias das suas produções mais antigas, incluindo a medalha de Caiena, talvez não em ouro ou em prata dourada, mas certamente em cobre, sendo que todas as medalhas neste metal, na sua cor natural ou douradas, são recunhagens não autorizadas. Os leiloeiros internacionais desconhecem estas recunhagens da família Boulton ao longo dos anos, tratando as medalhas de cobre como se fossem genuínas.

Em 2002 e 2004, foi à praça o espólio das coleções dos herdeiros de Mathew Boulton, da oficina The Soho Mint, e de lá sairam centenas de provas ou amostras de outras tantas medalhas estampadas para uma multitude de encomendadores. Entre essas provas estava a medalha comemorativa de Caiena, dita "de bronze", com a sua cápsula, cuja imagem divulgamos nestas páginas.[42]

Agradecimentos

De entre os muitos contactos realizados para inventariar as medalhas de Caiena em coleções públicas e oferecidas em leilões internacionais, devo salientar a excelente colaboração recebida das seguintes instituições: National Maritime Museum, Greenwich; National Museum of the Royal Navy, Portsmouth; Sra. Paula Aranha, Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro; Direção-geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa; Dr. João Baguinho, Numismática Leilões, Lisboa; Leiloeira Dix Noonan Webb Ltd, Londres.

Aqui deixo expresso a minha admiração e agradecimento para com a equipa redatorial dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, que me têm acolhido e aos meus estudos luso-brasileiros nas áreas da Numismática, da Medalhística e das Ordens Honoríficas do seu acervo museológico.

Notas

1 GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Impressão Régia, anos de 1808 a 1822. Acessível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm.

2 MORAES, A. J. de Mello. *Historia do Brasil-reino e Brasil-imperio comprehendendo: A historia circumstanciada dos ministerios,... desde o dia 10 março de 1808 até 1871*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., vol. I, 1871-1873.

3 BOITEUX, Lucas Alexandre. *Nossas Campanhas Navaes, I – A Conquista de Cayenna*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939. Ocupa-se apenas da campanha militar. Estudo mais recente também con-

sultado: MELO, Ronaldo Lopes de. "Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais". *Revista Navigator*, v. 6, nº 11. Rio de Janeiro: Marinha Brasileira, 2010. Acessível em: www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie6.pdf.

4 LONDON GAZETTE. Anos de 1807 a 1830. Acessível em: https://www.thegazette.co.uk/.

5 THE NAVAL CHRONICLE. *Containing a General and Biographical History of the Royal Navy of the United Kingdom, with a Variety of Original Papers on Nautical Subjects*. Londres: Joyce Gold, anos de 1808 (v. 20, p. 438-439); 1809 (v. 21, janeiro a junho) e 1810 (v. 24, de julho a dezembro). Acessível em: http://www.archive.org/details/navalchronicleo20londiala.

6 ANTT, MNE, Legação em Londres, caixa 176, maço 120: "Papéis relativos a Cayenna".

7 YEO, James Lucas. Carta ao C/Alm. Sir William Sidney Smith. *The London Gazette*, nr. 16246, abril 1809, p. 496-499. Reproduzida em The Naval Chronicle for 1809, v. 21, p. 337.

8 Natural de Elvas, Portugal (1782). Seria depois marechal de campo, Comendador da Ordem de Avis e da Ordem de Vila Viçosa, tendo falecido no Pará em 1824, como inspetor do exército.

9 MORAES, A. J. de Mello. Ob. cit. Caiena, p. 136-153. Consultado em: https://books.google.pt/books?id=LWs9AQAAMAAJ.

10 Correspondência do conde de Linhares para lorde Stangford, 21 de Agosto 1809, tradução inglesa. *The Naval Chronicle for 1810*, v. 24, p. 281-282.

11 Idem, v. 24, p. 280.

12 ANTT, Casa Real (ex- AHMF), livro 3.000, verba n.º 6. Valor atual: 17.600 euros. Um registo que invalida a versão posta a correr desde 1810, de que esse anel teria sido entregue ao capitão Yeo saído "do próprio dedo do príncipe regente". Vide *The Naval Chronicle for 1810*, vol. 24, p. 277: "from off his own finger".

13 Idem. Casa Real (ex-AHMF), caixa 3244 (Rio), documento nº 28, 18 de agosto de 1809. Placar ou placa têm o mesmo significado na emblemática das insígnias das ordens honoríficas.

14 ANTT, MNE, livro 513, fl. 261, Ofício no 72, 18 de agosto de 1809.

15 Vide os registos, respetivamente, em *The London Gazette*, nº 16.351, p. 388; nº 16.374, p. 786; nº 16.380, p. 902. O seu retrato e o desenho das novas armas heráldicas figuram em *The Naval Chronicle for 1810,* v. 24, p. 284, numa extensa memória dedicada aos feitos navais do capitão Yeo: "MEMOIR of the Public Services of Sir James Lucas Yeo, Knt, Capitain in the Royal Navy".

16 Agradeço à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, a cortesia de possibilitar a reprodução fotográfica da tela existente no Museu Naval

17 O rol de todas as pessoas agraciadas com esta real ordem vem publicado no meu livro, *A viagem das insígnias. valor e lealdade, 1818-2018*. Lisboa: edição do autor, 2017.

18 Arquivo Nacional do Brasil, fundo "BR AN, RIO 69": caixa 786, Ordem da Torre e Espada. Onde estão a maioria dos decretos originais assinados por D. João até 1821, consultados pelo autor.

19 ANTT, MNE, livro 153, fl. 262, 18 de agosto de 1809; e fl. 263, 22 de agosto. Os contavalores aqui apresentados baseiam-se no câmbio da libra esterlina/réis à época (1£ = 3$600 réis) e do cálculo do autor da desvalorização monetária réis/escudo de Portugal, desde 1808 até à introdução do euro em 2001 (1 conto de réis de 1808 = 4.400 contos de escudos de 2000 = 22.200 euros de 2001).

20 Idem, ibid.. Caixa 733, ofício nº 406, 2 de fevereiro de 1813. "O capitão Mulcaster apresenta os seus respeitos a Sua Excelência o visconde do Funchal e deseja conversar com ele sobre o assunto de uma espada de ouro que S. A. R. o Príncipe Regente fez-lhe a honra de oferecer. O capitão Mulcaster, tendo estado no exterior nos últimos três anos, não teve a possibilidade de esperar

ser recebido por Sua Excelência antes, o que agora ele faz, para explicar à Corte que o cirurgião da *Confiança*, tendo recebido de Sua Alteza Real uma ordem pública, apesar de ter uma posição hierárquica tão inferior à do capitão Mulcaster na conquista de Caiena, isso reflete-se sobre o capitão Mulcaster aos olhos dos seus irmãos oficiais da Marinha Britânica em geral, se ele fosse aceitar qualquer coisa da maneira habitual a ser conferida como uma recompensa pública pelo seu serviço em Caiena, que seja inferior ou até mesmo meramente igual à recompensa ou à distinção honrosa concedida ao cirurgião de um navio. - 39. Parliament Street. 31 de janeiro de 1813".

21 Idem, ibid. Livro 519, ofício nº 112 (original), 9 de junho de 1813).

22 Idem, ibid. Caixa 748, ofício nº 29, 14 de janeiro de 1824.

23 Idem. Ministério do Reino, maço 427, caixa 534, 11 de setembro de 1824.

24 Idem, MNE, livro 571, fl. 121, ofício nº 86, 14 de setembro de 1824; ofício nº 7, 12 de fevereiro de 1825, fl. 142; e ofício nº 10, 28 de fevereiro de 1825, fl. 144. Ver ainda TRIGUEIROS. Op. cit., p. 140, onde se narram todos os pormenores destas insígnias do capitão Mulcaster, quem as fez e quanto custaram ao Erário Régio.

25 The London Gazette, nº 18.183, p. 1.842, 11 de outubro de 1825.

26 ANTT, MNE, livro 449, ofício nº 48, fl. 268, 31 de agosto; livro 450, fl. 401. Ver a nota 15 acima.

27 Idem, ibid., livro 517, ofício de 4 de março de 1812 do conde de Linhares.

28 LAGO, Coronel Laurenio. *Medalhas e condecorações brasileiras: collectanea de atos officiaes: 1808-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1835, p. 8-10. Por cortesia do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a quem agradeço a gentileza do envio das páginas relativas a Caiena.

29 ANTT, MNE, livro 513, fl. 262, 16 de agosto de 1809.

30 Idem, ibid. Assuntos Financeiros da Fazenda Real, caixa 170, maço 59.

31 Idem, ibid., livro 450, fls. 302, 344, 368, 401, 406 e 446.

32 Idem, ibid., livro 515, original, 2 de novembro de 1811.

33 Idem, ibid., caixa 176, maço 120: "Papéis relativos a Cayenna".

34 LAGO, Coronel Laurenio. Op. cit., p. 9-10.

35 Passou ao Brasil em 1790, como tenente-fuzileiro. Promovido a brigadeiro-graduado no dia 6 de fevereiro de 1818. Inspetor das Milícias do Maranhão em 1822, faleceu em 1833.

36 MORAES, A. J. de Mello, Op. cit., v. I, p. 153.

37 GRODZINSKI, John R. "A miniature depicting Commodore Sir James Lucas Yeo, KCB. *The War of 1812 Magazine*, issue 13: June 2010. Documents, Artefacts and Imagery. Consultado em: http://www.napoleon-series.org/military/Warof1812/2010/Issue13/c_Yeo.html.

38 PALMELA, Duque de. *Despachos e correspondência do duque de Palmela*, coligidos e publicados por J. J. dos Reis e Vasconcelos. Lisboa: tomo II, 1851, p. 74-75. Original em ANTT, MNE, caixa 751, 21 de agosto de 1825.

39 ANTT, MNE, caixa 751, ofícios nº 44, de 6 de outubro, e nº 49, de 26 de outubro de 1825.

40 Idem, ibid., livro 494, p. 107. Correspondência comercial, ofício do conde de Funchal aos administradores A. T. de Sampaio e J. Palayart, 11 de junho de 1814, original.

41 NOGUEIRA, Ricardo Raimundo. *Memórias políticas do Governo, 1810-1820*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012, p. 260.

42 THE COPPER CORNER. *Boulton & Watt & the Soho Mint. History*. Consultado em: www.thecoppercorner.com/history/boulton_watt_hist.html.

Retrato c. 1813 em miniatura do capitão Sir James Lucas Yeo.
Ostenta a medalha de Caiena ao peito, de ouro pendente de fita verde com risca vermelha ao centro, ilustrando uma prática entre alguns oficiais ingleses, de transformar uma medalha comemorativa numa condecoração.
(foto: The War of 1812 Magazine*, issue 13,*
cortesia Sim Comfort Collection)

Medalha comemorativa da tomada de Caiena - 1809

Cunhagens de prata dourada, prata e ouro - Módulo 51 mm

CAY 1 - Prata dourada

CAY 2 - prata

CAY 3 - ouro

Prova de bronze (dia. 48 mm) com a cápsula original de protecção, do espólio familiar do fabricante M. R. Boulton, leiloado em 2004 (fotos: cortesia de The Copper Corner)

Medalha comemorativa da tomada de Caiena - 1809
Adaptações e recunhagens não autorizadas

Medalha de cobre dourado, peso 58 g,
adaptada com aro para fita de suspensão

CAY 4 A e CAY 4B - Cobre

Medalha de cobre, peso 93 g,
recunhagem tardia não autorizada.